



USP ESALQ – ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Veículo: UOL

Data: 18/06/2015

Caderno/Link: <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/06/18/esalq-abre-sindicancia-contramural-com-ofensas-sexuais-a-alunas.htm>

Assunto: ESALQ abre sindicância contra mural com ofensas sexuais a alunas

ESALQ abre sindicância contra mural com ofensas sexuais a alunas

São Paulo - Um cartaz que ligava o nome de alunas a "críticas" sexuais foi exposto em um espaço de estudantes na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz da Universidade de São Paulo (Esalq USP), em Piracicaba, interior de São Paulo, e causou revolta de estudantes e professores. O conteúdo da "brincadeira", considerada racista e machista, já motivou a diretoria da unidade a abrir uma sindicância interna para apurar os autores das ofensas.

O item estava exposto no Centro de Vivência, um pátio de reunião entre os alunos, e foi retirado pelos próprios estudantes. O cartaz dividia as alunas mulheres, pelos seu codinomes, em tópicos vexatórios. Quando um aluno ingressa na USP, assim como em outras instituições, ele é apelidado pelos veteranos e acaba tendo de usar o nome em festas e outros eventos sociais.

A aluna da Esalq Élice Botelho, de 22 anos, usou o Facebook para criticar o painel. Até às 11h desta quinta-feira, 18, a postagem já contava com 711 curtidas e mais de 100 compartilhamentos. "Quando vi (o cartaz), percebi que o nível de machismo, lgbtfobia e racismo da Esalq não param de piorar", escreveu a estudante.

Ela ainda questiona o racismo do termo "teta preta". "De novo vejo alguma característica da mulher negra sendo utilizado como ofensa, por que o corpo da mulher negra é extremamente objetificado. Porque o bonito continua sendo a pele branca e macia, os mamilos rosados e o cabelo liso. E eu lhes digo que BASTA!".

A Esalq foi uma das unidades da USP que mais recebeu críticas e denúncias durante a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investigou casos de violação aos direitos humanos em universidades paulistas, no início deste ano. Em fevereiro, a instituição chegou a assinar um acordo com o Ministério Público contra trotes na unidade.

Dentre os episódios relatados está o de um aluno que disse ter sido envenenado por um produto agrícola e o de uma estudante que contou ter sido estuprada em uma república.